

OPÇÕES, ESTRATÉGIAS E ACTORES DE DESENVOLVIMENTO EM CONFRONTO NO CASO DE Foz CÔA*

por

Rogério Roque Amaro**

1. INTRODUÇÃO

As polémicas geradas à volta do caso de Foz CÔA (simplificadamente opondo a barragem às gravuras) pareciam, à partida, ilustrar, de uma maneira exemplar, o confronto entre dois modelos de desenvolvimento: um de base industrialista e economicista (a “barragem”) e outro de base cultural e integrada (as “gravuras”).

Uma análise mais detalhada das posições em debate, do processo seguido e dos resultados até agora obtidos, mostram que essa discussão é muito mais complexa, cruzando-se as opções, as estratégias e os actores em encruzilhadas, por vezes de forma e com contornos inesperados.

A reflexão sobre este caso permite assim esclarecer melhor os condicionamentos que envolvem a opção e aplicação de estratégias de desenvolvimento, à partida aparentemente clarificadas, assim como as relações existentes entre os factores e actores exógenos e endógenos e entre tradição e modernidade, ilustrando ainda os diferentes protagonismos em presença e as dificuldades de concretização de uma lógica integrada de desenvolvimento.

É o que se pretende fazer nesta comunicação, assumida ainda de forma provisória, esperando beneficiar de comentários, críticas, reflexões e aprofundamentos, que aqui ainda não estão contemplados.

* Trabalho realizado no âmbito do Projecto Praxis XXI, “Ciência, Política e Desenvolvimento. O Caso das Gravuras de Foz CÔa” (1997/99”).

** Prof. do ISCTE, Lisboa.

Por isso, ela está organizada em 4 pontos, em que se pretende, sucessivamente:

- Situar genericamente os temas aqui abordados e o concelho de Vila Nova de Foz Côa;
- Apresentar, de forma sumária e exemplificativa, o que parecia estar, à partida, em causa, no confronto das 2 opções radicalmente opostas entre um “modelo economicista e funcionalista da barragem” e um “modelo cultural das gravuras”, averiguando da veracidade e sustentação das hipóteses pressupostas;
- Analisar, de maneira abreviada e sobretudo impressionista, os resultados, em termos de desenvolvimento da região (e do concelho, em particular), da opção tomada de preservação das gravuras, nos moldes em que ela tem sido posta em prática;
- Reflectir sobre os desafios que coloca a adopção de uma perspectiva de Desenvolvimento Local Integrado no contexto territorial em causa, enunciando algumas das interrogações (sem resposta) que emergiram da pesquisa realizada.

O conjunto arqueológico do Vale do Côa abrange uma área geográfica que ultrapassa os limites do concelho de Vila Nova de Foz Côa, penetrando também nos concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel.

Mais genericamente podemos, no entanto, dizer que o “território de desenvolvimento” afectado pelas opções “barragem/gravuras” vai mesmo para além desses 3 concelhos, tocando, pelo menos, também no de Torre de Moncorvo.

Isto implica que uma análise pertinente das opções e estratégias de desenvolvimento em presença neste caso e das suas implicações deveria situar-se nesse “território”.

Tal não foi, no entanto, ainda possível no contexto desta pesquisa, de uma forma sistemática e rigorosa, pelo que estas reflexões têm, por enquanto, por incidência central o concelho de Vila Nova de Foz Côa, com incursões e referências pontuais e breves às zonas envolventes.

Essa é, por isso, sem dúvida, uma das lacunas desta comunicação, mas também uma das aprendizagens mais importantes do trabalho e um dos desafios mais relevantes para o seu aperfeiçoamento.

O “território” referido (ou sub-região, se se pretender, embora o conceito de região/sub-região seja, no contexto actual em Portugal, muito discutível e esteja pouco esclarecido) corresponde a concelhos de baixa dimensão demográfica, com populações que rondam (acima ou abaixo) os 10 000 habitantes (com excepção de Pinhel que estará um pouco acima dos 13 000), e, em geral, com perdas populacionais nas últimas décadas.

A densidade populacional também é baixa (entre 20 e 30 hab./km²), tendo genericamente conhecido consideráveis surtos migratórios (para as cidades do Litoral e para o estrangeiro).

A actividade económica predominante é a agricultura (cerca de 50% da produção e um pouco mais de 50% da população activa), com um sector industrial pouco importante e centrado em unidades de tipo familiar e artesanal de pequena dimensão, e um sector terciário tradicional (pequeno comércio, nomeadamente) e assente, por outro lado, nos serviços autárquicos.

As infraestruturas existentes são escassas e as perspectivas de desenvolvimento, em geral, pouco animadoras, em termos de criação de postos de trabalho, de retenção de população jovem e de produção de valor acrescentado¹.

A sub-região referida possui, no entanto, algumas potencialidades, ainda insuficientemente aproveitadas, ao nível nomeadamente:

- De algumas produções agrícolas, sobretudo de tipo arbóreo (olivais e amendoais) e arbustivo (vinhas), nalgumas áreas (como é o caso de Vila Nova de Foz Côa, nas encostas dos rios Douro e Côa), apesar do baixo nível geral de fertilidade dos solos;
- De diversos elementos patrimoniais e culturais: vestígios arqueológicos, em vários locais e de diferente natureza, ainda por explorar²; igrejas e outros monumentos e edifícios religiosos; castelos e fortificações, etc.;
- Espaços e oportunidades de turismo e lazer de diferentes incidências – paisagístico, cinegético, científico, cultural, rural, etc.

Neste contexto, o concelho de Vila Nova de Foz Côa não foge muito, por um lado, destas características gerais, mas apresenta algumas especificidades importantes:

- É neste concelho que se concentram as explorações mais importantes e os interesses económicos mais relevantes, no que se refere à amendoeira (menos), à oliveira e, sobretudo, à vinha, à volta das quais giram alguns dos protagonistas e actores locais tradicionalmente mais visíveis, e se centram os principais rendimentos³;
- É também aqui que se localizam, para já, os núcleos arqueológicos mais conhecidos e já abertos a visitantes.

¹ Cf., a este propósito, os P.D.M.s disponíveis para os concelhos referidos e ainda o estudo de impacte ambiental realizado pela E.G.F. para a E.D.P.

² Segundo um levantamento realizado pelo Prof. Vítor Oliveira Jorge, existem, nesta sub-região, 154 estações arqueológicas de evidente interesse histórico e científico.

³ A que há que acrescentar consideráveis transferências de poupanças de emigrantes.

A importância dos produtos atrás referidos pode-se aferir pelo facto de existirem no concelho 3 adegas vinícolas cooperativas e 4 lagares de azeite cooperativos, para além de outros particulares.

Para além disso, a **produção bruta anual** atinge montantes da ordem de⁴:

- 2 100 mil contos (vinho);
- 600 mil contos (azeite);
- 150 mil contos (azeitonas);
- 350 a 450 mil contos (amêndoas).

A economia local girava, portanto, à volta destes produtos e dos correspondentes interesses, mais ou menos organizados, embora com alguns problemas de coesão entre si.

O aparecimento do projecto da barragem e a posterior descoberta (ou re-descoberta) das gravuras do Paleolítico Superior e do Neolítico no Vale do Côa, com a consequente polémica, veio abrir perspectivas que alterariam, como estão a alterar, consideravelmente este quadro de partida e, portanto, os horizontes da economia local e do desenvolvimento das suas populações e das zonas envolventes.

2. GRAVURAS CONTRA BARRAGEM – ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

Portugal ainda é um país de barragens, essencialmente para fins hidroeléctricos, embora menos do que no passado.

O Plano de Electrificação Nacional da responsabilidade do Eng. Ferreira Dias, concebido e aplicado a partir dos anos 40, constituiu o “pivot” de uma proposta de modelo de desenvolvimento (no sentido do crescimento económico) para Portugal, que procurava fazer sair o país de uma situação de atraso e de ruralidade, considerada um obstáculo a um maior bem-estar e auto-suficiência.

Apresentado, de uma forma clara, no livro “Linha de Rumo”, o modelo proposto por Ferreira Dias (com várias responsabilidades governativas, entre os anos 40 e 60, ao nível de Secretarias e de Sub-secretarias de Estado), tinha como objectivos:

- Modernizar a sociedade portuguesa;
- Libertá-la das insuficiências produtivas que tinham custado tanto ao país e à sua população (em inflação e em falhas de abastecimento), durante a 2ª Guerra Mundial;

⁴ Informação recolhida directamente do Presidente da Câmara Municipal, em entrevista realizada em 3 de Setembro de 1997, não confirmada noutra fonte.

- Criar as condições para um crescimento industrial sustentado que, por sua vez, arrastasse a agricultura, sector de muito mais difícil intervenção directa, dados os interesses nela instalados.

Baseava-se no **fomento** (palavra preferida por Salazar a “desenvolvimento”, a que atribuía conotações mais perigosas, em termos de transformações sociais), se necessário pelo Estado, de diversos sectores industriais (como a siderurgia, os cimentos, o papel, a metalurgia do cobre e do zinco, etc.)⁵, em articulação com a electrificação de todo o país, sobretudo a partir da construção de barragens, e da consequente produção de electricidade hídrica.

Esta opção forte pela hidroelectricidade, levou a que, nos anos 60, a produção de energia eléctrica com essa origem correspondesse a mais de 90% da produção total, o que só tinha paralelo com a situação dos países nórdicos, inegavelmente mais apetrechados de recursos hídricos.

As barragens ilustram, desse modo, o modelo de desenvolvimento predominante em Portugal nos anos 50 e 60 (até, pelo menos, à “primavera marcellista”), de tipo **industrialista** e conjugando, simbólica e efectivamente, na sua construção, os interesses de 3 sectores importantes na compreensão da economia portuguesa desse período: a electricidade, o aço e os cimentos.

A persistência desses 3 grandes “lobbies” na economia portuguesa é uma das características mais marcantes do crescimento económico de base industrialista que animou a sociedade portuguesa no período do pós-2ª Guerra Mundial, mantendo-se, ou mesmo reforçando-se, após o 25 de Abril de 1974, passando a estar ancorado no sector público nacionalizado.

Ainda hoje é muito forte a presença desses “lobbies” na sociedade portuguesa, a que se pode associar o peso dos “engenheiros das barragens” da E.D.P.

A barragem de Foz Côa parecia ser, à partida, a continuação dessa lógica e dessa conjugação de interesses, correspondendo, portanto, a um modelo de desenvolvimento:

- **Economicista**, ou seja, onde os critérios e os cálculos económicos se sobreponham a quaisquer outros, e o objectivo pretendido é, inequivocamente, o máximo crescimento económico (seja ele nacional, regional ou local);
- **Industrialista**, ou seja, pressupondo um efeito de arrastamento desencadeado sobretudo na esfera das actividades industriais que, normalmente, acompanham a construção de barragens;
- **Produtivista**, ou seja, medindo-se sobretudo pelos seus efeitos produtivos

⁵ Previa também a produção de um automóvel nacional movido a álcool, projecto que, no entanto, encontrou resistências extraordinariamente fortes e inultrapassáveis, por parte do “lobby” dos importadores de automóveis, o que contribuiu para o inviabilizar.

(ao nível da produtividade alcançada, dos postos de trabalho criados e do valor acrescentado produzido);

- **Tecnologista**, ou seja, conseguindo mobilizar capacidades tecnológicas de ponta e com efeitos modernizantes;
- **Funcionalista**, ou seja, visando determinados fins sectoriais e funcionais, que se admite que aquela área geográfica poderia desenvolver numa lógica de especialização produtiva face às outras regiões do país;
- **“centre-down” (ou “from above”)**, ou seja, em que a região em causa seria desenvolvida a partir de interesses e objectivos melhor perspectivados e coordenados **de cima**, portanto, segundo os interesses nacionais, aos quais aquela teria sempre de se subordinar.

A “barragem” corresponderia assim ao modelo mais tradicional de desenvolvimento centrado essencialmente numa perspectiva de crescimento económico e numa lógica industrialista.

Em contrapartida, a opção “gravuras” surgia, à partida, como correspondendo a um modelo alternativo daquele, baseado em princípios como os seguintes:

- adopção de uma **visão cultural** do desenvolvimento, assumindo que a cultura é um dos ingredientes mais importantes desse processo de mudança e de realização do bem-estar das populações;
- explicitação, nessa sequência, de uma **visão integrada** (e, portanto, interdisciplinar) do desenvolvimento, valorizando também componentes não produtivas e articulando diferentes sectores e interesses;
- opção por **processos sociais e tecnológicos mais “soft”**, ou seja, não privilegiando grandes aparatos tecnológicos e produtivos (nomeadamente restringindo o mercado a segmentos seleccionados de procura, em vez de o abrir às grandes massas);
- valorização de uma **visão territorialista** do desenvolvimento, ou seja, privilegiando os interesses e as especificidades locais, não os subordinando a eventuais interesses superiores;
- predomínio de uma perspectiva de desenvolvimento **“bottom-up” (ou “from below”)**, dando voz activa e protagonismo aos actores locais, na definição e condução do seu processo de desenvolvimento.

Só que a análise do processo de Foz Côa tem de ultrapassar uma interpretação simplista e que se presta facilmente a leituras maniqueístas.

De facto, há pelo menos que ter em conta as seguintes “nuances”:

- A construção da barragem de Foz Côa parece ter sido determinada menos pelo objectivo tradicional de produção de electricidade, do que por outro que visaria, através de transvazes sucessivos, a garantia de abastecimento

- de água em quantidades suficientes para a barragem do Alqueva, a partir das águas do rio Douro, libertando-se assim de uma eventual asfixia espanhola no rio Guadiana⁶;
- Os interesses arqueológicos rapidamente passaram de uma base local (na sua origem), para uma lógica corporativa, traduzindo-se em interesses e “lobbies” exógenos à região, com pouco enraizamento local;
 - As decisões neste caso foram tomadas muito mais por razões políticas e, nalguns momentos, intuitivas e impressionistas (com um grande peso da pressão dos “media” e da movimentação das camadas mais jovens e das escolas de todo o país), do que por fundamentos económicos ou de desenvolvimento;
 - A visão cultural, subjacente à defesa das gravuras, não foi capaz de estabelecer articulação com outros interesses locais (ao nível da vinha ou de outras expressões culturais e históricas, por exemplo), de forma a assumir uma perspectiva integrada de desenvolvimento, nunca conseguindo sair de uma visão fechada, apesar de alguns discursos e propostas bem intencionadas que se traduziram, inclusivamente, na adopção, em 1996, do PROCÔA - Programa de Desenvolvimento Integrado para o Vale do Côa, abrangendo 9 concelhos.

A oposição “barragem/gravuras” não pode, portanto, ser vista de uma forma simplista, como um confronto entre um modelo economicista e exógeno, por um lado, e uma lógica cultural, integrada e endógena, por outro.

Há “contaminações” diversas num e noutro caso e em ambos verifica-se uma tendência forte para se resvalar para posições de “enclave”, ou seja, sem grandes relações com o território e os seus actores.

Uma comparação entre as duas propostas, em termos económicos ou outros, carece, desse modo, de fundamento, a não ser em termos meramente teóricos, uma vez que os diferentes elementos de “contaminação” inviabilizam uma análise correcta dos custos e benefícios envolvidos em ambos os casos.

De qualquer forma, a análise da maior parte das barragens construídas em Portugal mostra que, com algumas excepções, o seu impacto socio-económico esgota-se rapidamente (em 3-4 anos), confinando-se, quase exclusivamente, aos postos de trabalho necessários à sua construção e aos efeitos directos e indirectos daí decorrentes, nesse período, na economia local.

⁶ Esta interpretação resulta de informações confidenciais garantidas, mas que, infelizmente, não podem ser comprovadas oficialmente.

O impacto posterior depende do seu aproveitamento para múltiplos usos ligados ao turismo, às actividades de lazer e à agricultura, que nem sempre têm sido potenciados.

O mesmo aliás se pode dizer das gravuras, como se verá no ponto seguinte.

Tudo depende, portanto, da adopção de uma perspectiva de Desenvolvimento Integrado e da **mobilização articulada e integradora** das potencialidades e dos actores locais, como se discutirá mais adiante.

3. A OPÇÃO PELAS GRAVURAS E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS ACTUAIS EM TERMOS DE DESENVOLVIMENTO

Com a mudança política operada em Portugal em 1995, a opção “gravuras” saiu vencedora.

Mas a organização do Parque Arqueológico do Vale do Côa (P.A.V.C.) obedeceu a critérios e a princípios definidos segundo condições abordadas noutras áreas de pesquisa deste Projecto, e que aqui não se vão discutir, mas que se traduziram numa lógica sentida pela maioria dos actores locais (e, sobretudo, pela autarquia municipal) como sendo exógena aos interesses locais.

Exemplos disso são, entre outros:

- a adopção de limites de capacidade de carga, quanto ao número de visitantes dos núcleos arqueológicos entretanto abertos, que não são entendidos pelos actores locais;
- a reduzida, senão nula, articulação entre as visitas aos núcleos arqueológicos do P.A.V.C. e outros potenciais circuitos culturais e históricos locais;
- a limitada interacção entre as actividades do P.A.V.C. e a economia local que, nalguns casos, está limitada pelas regras de funcionamento daquele (por exemplo, no que se refere ao monopólio na venda de produtos relacionados com as gravuras: chapéus, “t-shirts”, botas, etc.);
- a falta de diálogo e até mesmo os atritos e desconfianças existentes entre os diferentes protagonistas (do P.A.V.C., do PROCÔA, da Câmara Municipal, das cooperativas vinícolas e oliveícolas, etc.).

O P.A.V.C. registou, entre Agosto de 1996 e Agosto de 1997 (período a que se reportou a recolha de informação sobre este aspecto), cerca de 23 700 visitantes, correspondendo a um máximo de 160 visitantes, ou seja 8 por guia, realizando cada um destes 2 a 3 visitas por dia.

Com a abertura de novos núcleos, para além dos 2 actuais (Penascosa e Ribeira de Piscos), a que correspondem 2 Centros de Acolhimento (Castelo Melhor

e Muxagata), e de um Museu na zona do dique da barragem, espera-se ir até 100 000 visitantes por ano.

Estes números são criticados pelo Presidente da Câmara Municipal, que considera que se está a privilegiar o objectivo “investigação”, sem ter suficientemente em conta a perspectiva de desenvolvimento do concelho e da sub-região.

Poder-se-ia, na sua opinião, valorizar muito mais as componentes “turismo” e “marketing”, aumentando o número de visitantes por dia e compondo circuitos turísticos com outros pontos de interesse histórico e cultural e rentabilizando economicamente as potencialidades existentes, tanto mais que, ainda segundo a sua opinião, se perderam oportunidades de desenvolvimento importantes com o abandono da barragem.

Independentemente da avaliação destas posições e dos respectivos pressupostos, parece inquestionável que o impacto, **nos termos** actuais, do P.A.V.C., no desenvolvimento do concelho e da sub-região, está claramente aquém do que é possível e desejável e isto pela conjugação de várias razões:

- Há uma gritante falta de diálogo e de interacção entre os diferentes interesses e protagonistas em presença, cada um defendendo os seus próprios objectivos, às vezes até contra aqueles que considera seus “inimigos”⁷;
- Faltam as infraestruturas de alojamento e de restauração (entre outras) que dêem resposta às necessidades dos visitantes do Parque, que assim ficam menos tempo no concelho e na sub-região;
- PROCÔA não tem conseguido motivar uma visão de conjunto e de forma articulada entre as diversas iniciativas de desenvolvimento da região que abarca, limitando-se a ser um canal de selecção de candidaturas a apoios financeiros;
- Falta um Plano de Desenvolvimento Integrado para a zona do P.A.V.C., que se articule com os outros instrumentos de intervenção (municipais ou sub-regionais) no desenvolvimento local;
- As iniciativas municipais de desenvolvimento – de que a criação, em 1991, da sociedade anónima “FOZ CÔA INVEST”, em associação com a Santa Casa da Misericórdia, os Bombeiros e 3 adegas cooperativas do concelho, poderia ser um bom exemplo, visando, desde já, a construção de uma estalagem de 4 estrelas (com 49 quartos e 2 “suites”), de uma mini-hídrica e ainda a criação de um gabinete de prestação de serviços às empresas locais – não têm tido grande continuidade e também não estão articuladas com as outras intervenções.
- Seria necessário também um melhor aproveitamento das potencialidades

⁷ Esta foi inclusivamente uma expressão ouvida várias vezes nos contactos realizados.

económicas tradicionais (ao nível da agricultura), que poderiam beneficiar dos novos trunfos do Desenvolvimento Local⁸;

Faltam, portanto, capacidades de negociação, regulação, representação e inovação ao nível local para beneficiar de potencialidades de desenvolvimento muito importantes, que, desse modo, ficarão desaproveitadas.

Por outro lado, as instâncias de coordenação e regulação regionais (Comissão de Coordenação da Região Norte) e nacionais (ao nível dos ministérios), não têm agido de forma coordenada e pedagógica, de maneira a contribuir para colmatar aquelas lacunas.

4. DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO EM VILA NOVA DE FOZ CÔA - PRINCIPAIS DESAFIOS E ALGUMAS INTERROGAÇÕES

Se na esteira dos trabalhos de vários autores como Walter Stohr, Clyde Weaver, John Friedmann, Bernard Pecqueur, etc., propusermos uma definição de Desenvolvimento Local (Integrado), baseada nos seguintes elementos:⁹

- Um **processo de mudança**, ou seja, de transformações sociais ocorrido numa determinada sociedade;
- Centrado numa **comunidade territorial**, que se possa reconhecer pela sua identidade e que seja mobilizável por redes de solidariedade activa;
- Que normalmente é desencadeado a partir da constatação da existência de **necessidades não satisfeitas**, ou seja de ausência de bem-estar na comunidade;
- A que se procura responder, prioritariamente, a partir das **capacidades locais**;
- Privilegiando, portanto, a **participação** dos actores locais, a vários níveis e segundo diversas formas;
- Mas procurando articular numa **perspectiva de fertilização, as potencialidades endógenas com recursos exógenos**;
- Segundo uma lógica de **integração** (de interesses, actores, sectores, actividades, dimensões, critérios de avaliação, etc.), ou seja com uma **abordagem interdisciplinar**;

⁸ Como, por exemplo, a Adega Cooperativa de Foz Côa já fez, utilizando, nas suas garrafas, um rótulo alusivo às gravuras, o que lhe permitiu multiplicar, num ano, a sua facturação de forma exponencial.

⁹ Cf., por exemplo, a comunicação apresentada pelo autor, em 27 de Maio de 1998, no Seminário "Cidadania: o exercício de uma condição", organizado pelo Instituto Superior Bissaya - Barreto, em Coimbra.

- Implicando, portanto, **redes e relações de parceria**;
- Processo que se pretende com **impacto tendencial em toda a comunidade** e gerando efeitos de imitação das suas “boas práticas” nela e nas zonas envolventes;
- E com uma **grande diversidade** de problemas, pontos de partida, soluções, ritmos, protagonistas, processos de integração, etc.

Se, portanto, propusermos esta definição de Desenvolvimento Local (Integrado), facilmente se conclui que, neste processo todo, não se reuniram as condições para que essa perspectiva tivesse concretização.

Por um lado, porque ela estava completamente ausente no “modelo da barragem”, que sobretudo defendia a lógica da modernização e dos resultados económicos.

Por outro lado, porque, ainda que, pelo menos até certa altura, presente no “discurso” do “modelo das gravuras”, na prática abandonaram-se alguns dos seus princípios.

De facto, constata-se que:

- O início do processo não foi a constatação de necessidades locais não satisfeitas, mas antes a realização de interesses exteriores à região (os engenheiros da E.D.P e/ou os responsáveis do Alqueva, ao nível do Ministério do Planeamento e da Administração do Território), a que reagiram alguns actores locais, rapidamente substituídos por protagonistas exógenos (os arqueólogos, os jornalistas e a comunidade internacional);
- Os interesses da comunidade local não foram suficientemente auscultados e, se a participação das crianças das escolas locais foi determinante para a sensibilização do Presidente da República, convertendo-o em defensor decisivo das gravuras, não é esse, contudo, o entendimento das gerações mais velhas e de alguns representantes da comunidade (por exemplo, dos eleitos municipais e de muitos comerciantes e agricultores);
- A mobilização das capacidades e das potencialidades locais está longe de ter sido conseguida e aproveitada para um desenvolvimento mais efectivo do concelho e da sub-região;
- Não tem ocorrido uma suficiente fertilização das potencialidades endógenas pela presença e acção de recursos exógenos (os responsáveis e alguns técnicos do Parque e do PROCÔA, por exemplo), antes estes são, por vezes, entendidos como uma ameaça ou como inimigos;
- As acções e intervenções até agora concretizadas estão, no essencial, desarticuladas entre si, não se produzindo nenhuma perspectiva de integração e de criação de sinergias positivas;
- Em vez de uma lógica de parceria, entre os actores e instituições locais,

verifica-se um grande fosso a separar os diferentes interesses, resultante dos vários traumas e sensações de “vitórias” e “derrotas” associadas a todo o processo e à decisão tomada, traduzindo-se numa evidente falta de diálogo e de definição de estratégias conjuntas;

- Por tudo isto, o impacto na comunidade é relativamente reduzido, levando à sensação de que o “circuito das gravuras” funciona como uma espécie de enclave, face à sociedade e à economia local, sem daí resultarem grandes benefícios, em termos de Desenvolvimento Local.

Para que ele se verifique, seria necessário reunir algumas das condições referidas, nomeadamente:

- Promover o diálogo e a articulação entre os diferentes actores e protagonistas locais e exteriores, negociando e regulando os respectivos interesses, o que, neste momento, parece exigir uma mediação externa;
- Obter a participação da população, atendendo aos seus diferentes interesses e manifestações, nos processos de decisão relativos ao desenvolvimento da comunidade local, de maneira informada e pedagógica;
- Assegurar a integração das diversas acções e formas de intervenção, sectores de actividade, dimensões do desenvolvimento (entre cultura e economia, investigação e turismo, tradição e modernidade, por exemplo), interesses sociais em presença, potencialidades endógenas e recursos exógenos, etc., permitindo uma estratégia de desenvolvimento mais coerente para o território;
- Mobilizar efectivamente todos os trunfos e potencialidades locais, recuperando alguns recursos marginalizados pelas incidências do processo que opôs “barragem” a “gravuras”.

Haverá vontade e protagonistas para que estas condições sejam reunidas?

Quais seriam os efeitos de uma regionalização do país neste processo?

Poderá ser o Vale do Côa um elemento estruturante do desenvolvimento deste concelho, em articulação com os concelhos por ele abarcados?

Poderá ser a cultura, condicionada pelos interesses e critérios científicos (e da investigação) um factor de desenvolvimento das comunidades locais?

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa (CMVNFC), *Plano Director Municipal*, V. N. Foz Côa.
2. C.M.V.N.F.C. (1997) – *Os 20 anos do poder local democrático – um desfraldar da bandeira do tempo em terras do concelho de Foz Côa*.
3. E.D.P. – Electricidade de Portugal, S.A. (s.d.) – *Aproveitamento Hidroeléctrico do Rico Côa – Estudo de impacte ambiental (resumo não técnico)* – estudo realizado pela Empresa Geral de Fomento.
4. E.D.P. (s.d) – *Aproveitamento Hidroeléctrico do Rio Côa – Projecto base*, volume XVI – *Estudo de impacte ambiental* (E.G.F.).
5. FRIEDMANN, John (1996) – *Empowerment*, Celta Editora, Lisboa.
6. Instituto Nacional do Ambiente – Direcção-Geral do Recursos Naturais (1992) – *Estudo de impacte ambiental do aproveitamento hidroeléctrico do Rio Côa* – Lisboa.
7. Museu do Ferro e da Região de Moncorvo (s.d.) – *O ferro de Moncorvo e o seu aproveitamento através dos tempos*, Torre de Moncorvo.
8. PECQUEUR, Bernard (1989) – *Le développement local*, Syros, Paris.
9. STOHR, Walter (coord.) (1992) – *Global challenge and local response*, U.N. University, New York.